



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 21 ABRIL DE 2026**

N.º 14/2026 (Quadriénio 2025/2029)

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2025-2029: -----

COM AS SEGUINTE PRESENCAS:

-Do CDS/PP: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, que presidiu à reunião, o vereador, Sérgio Miguel dos Santos Soares, e a vereadora Mónica Pinto Seixas; -----

Do PPD/PSD, os vereadores, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares; -----

Do PS, o vereador Nelson da Silva Martins.-----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Ata da reunião ordinária de 07 de abril de 2026;-----

b) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 – Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente – AVPACD – Apoio;-----

2 – Pedido de Transporte: Associação Cultural Recreativa Educativa Cepelense – ACREC;-----

3 - Pedido de Transporte: A.D. Valecambrense;-----

2026/04/21

- 4 – Ocupação de Espaço Público – Esplanadas: Isenção de taxas referentes ao estacionamento;-----
 - 5 - Estratégia Local de Habitação – Acordos de representação;-----
 - 6 – Abertura de procedimento concursal para Técnico Superior - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior área de Agronomia, Florestal, Geografia ou Desenvolvimento Rural); -----
 - 7 - Abertura de procedimento concursal para Assistente Operacional (área da educação) - 2 postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional (área da educação);-----
 - 8 - Pagamento de despesas de deslocação à escritora Sara Rodi para apresentação do livro “ A Constituição Explicada às Crianças”;-----
 - 9 - Contrato de Comodato com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra de cedência de uma Viatura Especial de Bombeiros e Equipamento de Proteção Individual – Retificação;-----
 - 10 – Marchas Populares de Sto. António 2026: Apoio Financeiro;-----
 - 11 - Marchas Populares de Sto. António 2026 – União das Freguesias: Apoio Financeiro;-----
 - 12 - Informações e outros Processos;-----
 - 13 – Torneio dos Campeões 2026 – Apoio;-----
- Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, e o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo) -----

O SR. PRESIDENTE, ANDRÉ AGOSTINHO MARTINS DA SILVA, DECLAROU ABERTA A REUNIÃO: -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07 DE ABRIL DE 2026: -----



A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 07 de abril de 2026, por unanimidade, dando-se por conforme a minuta então aprovada e respetiva publicitação, nomeadamente no ponto 6 - Proposta de Descentralização das Reuniões Públicas Ordinárias, no quadro identificativo de datas, onde se lê "Mês: Maio/26 – Data: 19, pelas 09:30h", deve ler-se "**Mês: Maio/26 – Data: 18, pelas 14:30h**", mantendo-se a restante deliberação.-----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: .-----

A vereadora **Mónica Seixas** informou que esteve presente no programa de celebração do primeiro aniversário do Centro de Artes e Espetáculos (CAE). Deu conhecimento de que, no âmbito do Serviço Educativo do CAE, foi criado um grupo de teatro juvenil, constituído por 15 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, ao abrigo do Projeto PANOS, integrado no Projeto Educativo do Teatro Nacional Dona Maria II e da Fundação "La Caixa", em colaboração com o BPI. Mais informou que a estreia do referido grupo teve lugar no passado sábado, tendo sido amplamente elogiada pelo público presente, e que o mesmo foi selecionado para se apresentar em outros pontos do país.-----

Informou ainda que, por coincidência de datas com o evento anteriormente referido, não lhe foi possível estar presente no aniversário da *Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente*, tendo no entanto transmitido os seus parabéns à instituição e manifestado o seu reconhecimento pelo relevante trabalho desenvolvido ao longo de 35 anos, em prol da inclusão e do bem-estar da comunidade.-----

A vereadora **Mafalda Sofia Ferreira** felicitou a *Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente* pelo trabalho desenvolvido, lamentando não ter podido estar presente na celebração do seu 35.º aniversário, tendo sido a sua bancada representada pelo Dr. Miguel Aguiar Soares.-----



2026.04.21

Referiu ainda ter recebido um vídeo que mostrava um canal de rega com uma coloração avermelhada, semelhante a vinho, alertando para a necessidade de averiguar a situação.-----

Agradeceu o envolvimento proporcionado aos membros nas atividades do Município, mas salientou, que de acordo com a legislação relativa à delegação de competências, nomeadamente o n.º 3 do artigo 65.º, existe a obrigação legal de informar todos os membros do executivo acerca das decisões tomadas neste âmbito.-----

O vereador Nelson Martins começou por felicitar o vereador Miguel Aguiar Soares pela atribuição da Medalha de Serviços Distintos pela Liga dos Bombeiros Portugueses, destacando que tal distinção, para além de reconhecer o mérito individual, prestigia igualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros de Vale de Cambra e a região. Felicitou ainda a *Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente* de Vale de Cambra pelo seu 35.º aniversário, enaltecendo a dedicação a uma causa de elevado valor social.-----

Deu nota de, juntamente com a Dra. Paula Ferreira da DASE, ter reunido com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar do Búzio, onde foram apresentados alguns problemas decorrentes da manutenção do edifício e da área envolvente. Um dos constrangimentos que limita o espaço da escola tem a ver com a queda de um muro devido à intempérie, que necessita de grande intervenção. Outros problemas apresentados ligam-se diretamente com a parte energética, nomeadamente a dificuldade de iluminação em duas salas e problemas com o aquecimento, que é insuficiente ou inexistente no refeitório e excessivo no resto do edifício. -----

Mencionou ainda a preocupação manifestada relativamente ao ensino articulado da dança, uma vez que as aulas decorrem em São João da Madeira, tendo sido



lançado o desafio de, à semelhança do ensino articulado da música, esta oferta passar a ser disponibilizada em Vale de Cambra.-----

Deu nota de que esteve presente, juntamente com a Dra. Helena Nunes, da DASE, numa reunião alargada da área metropolitana do Porto, realizada no ISEP, na qual o Ministro da Educação apresentou os princípios orientadores da política educativa, destacando o rigor orçamental, a equidade nos projetos e a gestão rigorosa dos recursos, tendo também ocorrido a apresentação da Vice-Presidente da CCDR-Norte.-----

Referiu ter estado presente na ACR de Vale de Cambra, no Torneio Municipal de Mini-Basquetebol, no qual participaram cerca de 140 crianças do 1.º ciclo, enaltecendo a Associação Cultural e Recreativa de Vale de Cambra pela sua dedicação à comunidade infantil e juvenil do concelho, bem como a outras faixas etárias. Destacou ainda o seu património histórico e físico, alertando para a necessidade de apoiar os clubes e associações que dispõem de património próprio, de forma a garantir a sua manutenção e evitar a sua degradação.-----

Informou que, em conjunto com os Chefes da DOME e da DPOGU, reuniu com a GNR com o objetivo de analisar a eventual implantação de uma rotunda na interseção entre a ER 227 e a Rua da Escola Secundária. Acrescentou que foi igualmente analisada uma proposta de despacho relativa ao arquivamento de contraordenações rodoviárias, baseada em pressupostos como a prescrição do procedimento, erros de identificação ou notificação, erros formais no auto de notícia, pagamento de depósito com validação de defesa pelo fiscalizador, falta de prova testemunhal ou apresentação e validação de contraprova, bem como situações de estado de necessidade devidamente comprovadas.-----

Referiu ainda que, numa outra reunião com a GNR, na qual esteve também presente a Chefe da DGVF, foi abordada a problemática dos animais errantes,

2026.04.21

nomeadamente no que respeita ao papel da GNR na identificação e acompanhamento dos mesmos.-----

Deu nota da intenção de melhorar o fluxo rodoviário no centro urbano, através do reforço da sinalética e da colocação de dispositivos redutores de velocidade em algumas vias.-----

Relativamente ao parque de estacionamento subterrâneo, informou que os principais constrangimentos identificados se prendem com a inexistência de elevadores operacionais, problemas no sistema de bombagem, bem como atos de vandalismo recorrentes em período noturno, nas casas de banho e no leitor de informação à entrada. Indicou que a DOME já deu início a vários procedimentos, nomeadamente no que respeita aos elevadores e ao sistema de bombagem. Acrescentou ainda que as caixas de pagamento se encontram frequentemente sem troco, estando a ser analisadas soluções alternativas, como a utilização de pagamentos através de telemóvel.-----

O Vereador Miguel Aguiar Soares iniciou a sua intervenção felicitando a *Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente* pela celebração do seu 35.º aniversário, referindo ter estado presente na respetiva comemoração.-----

De seguida, deu conta de questões que lhe foram colocadas, designadamente uma alegada tentativa de contacto com o Senhor Presidente da Câmara, com vista à realização de um evento na área do culturismo em Vale de Cambra, sem que tivesse sido obtida qualquer resposta, solicitando esclarecimentos quanto à veracidade da situação.-----

Questionou ainda se teria sido eliminado um lugar de estacionamento, reservado a pessoas com mobilidade reduzida na Avenida Camilo Tavares de Matos, em frente à Valpec.-----



No que respeita a um pedido da Junta de Freguesia de Cepelos, informou ter sido solicitada a avaliação da possibilidade de cooperação na construção de um muro na zona do Barreiro, referindo que um munícipe terá cedido terreno para o alargamento da via, estando a Junta disponível para assegurar a mão de obra e solicitando à Câmara Municipal a disponibilização dos materiais necessários.-----

Relativamente a obras municipais, questionou se já haviam sido lançados os concursos referentes à requalificação da Praça João de Deus e à execução da rede de saneamento na parte alta do concelho.-----

Abordou igualmente a questão das rotas da UNIR, referindo a existência de alterações frequentes na parte alta do concelho, alegadamente decorrentes de processos de otimização, que no seu entender, não beneficiam a população.-----

No âmbito da proteção civil, questionou a existência de ações específicas de prevenção de incêndios, tendo sugerido a realização de ações de formação dirigidas aos Presidentes de Junta, com vista ao reforço da sua capacitação em contexto de emergência.-----

Informou ainda, ter reunido com a AIMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal e com o CATIM – Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, com o objetivo de potenciar o tecido empresarial local, bem como ter conhecimento de contactos com o CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica. Acrescentou que a sua bancada se encontra a desenvolver diligências nesse sentido, comprometendo-se a dar conhecimento ao Executivo dos respetivos desenvolvimentos.-----

Felicitou o CAE, destacando a previsão da redução de custos do respetivo programa e fazendo votos para que a receita, neste ano, seja superior aos 40 mil euros registados em 2025.-----



2026.04.21

Saudou a iniciativa de realização da próxima reunião pública nas juntas de freguesia, questionando se estaria prevista alguma forma específica de intervenção do público ou a possibilidade de alargamento desses momentos de participação, por forma a permitir que um maior número de cidadãos pudesse expressar os seus anseios e preocupações. Terminou, agradecendo a deferência do Vereador Nelson Martins e congratulando-se com a homenagem recebida pelo Sr. Comandante Vítor Machado Ferreira por parte da Liga dos Bombeiros Portugueses, enquanto membro do seu Conselho Executivo, bem como pela atribuição de medalha em Ponte de Sôr.-----

O Vereador Sérgio Soares deu nota de ter estado presente numa reunião com a ENERGAIA, na qual, entre outros assuntos, foi apresentado o relatório de contas. Referiu ainda ter reunido com diversas associações, tendo igualmente visitado, em conjunto com o Senhor Presidente, as instalações do Grupo Desportivo e Cultural de Algeriz, que recentemente reativou a sua atividade.-----

Mais informou ter estado presente numa ação de limpeza do Rio Vígues e do Rio Caíma, entre o Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho e a praia fluvial de Burgães, deixando uma palavra de agradecimento a todas as entidades parceiras, designadamente aos Bombeiros de Vale de Cambra, à Associação de Caça e Pesca de Terras de Cambra, à Associação das Póvoas de Santo Aleixo, bem como aos funcionários da Câmara Municipal envolvidos, sublinhando a importância da preservação ambiental e agradecendo a todos os participantes.----

Acrescentou ter participado na iniciativa “Caminhada à Descoberta do Vale”, em Cepelos, manifestando um agradecimento particular à Associação Cultural e Recreativa de Merlães e à Associação Cultural e Desportiva de Vilar, bem como a todos os envolvidos na organização, pela forma como acolheram os participantes.



Referiu igualmente ter estado presente na Associação de Paraduça, por ocasião da Festa da Broa, agradecendo a todos os que, de forma voluntária e dedicada, contribuem diariamente para o sucesso daquela associação, considerando, que enquanto se mantiver o espírito de união e entreajuda, o caminho será de progresso.-----

Terminou felicitando o Vereador Miguel Aguiar Soares pela condecoração recebida, salientando a importância de trabalhar em prol da comunidade e de ver esse trabalho reconhecido.-----

O Vereador Nelson Martins, em intervenção complementar, confirmou ter ocorrido uma alteração unilateral de uma das linhas de transporte de crianças e jovens, que afeta sobretudo os utentes provenientes de Cepelos e da zona mais alta do concelho, referindo que apenas teve conhecimento da situação após um munícipe ter manifestado o seu descontentamento junto da Dra. Fátima Rocha.----

Referiu ter reportado de imediato a situação ao Dr. Jorge Barbeiro, da TMP e ao representante do operador (Sr Domingos), tendo este justificado o sucedido com a falta de recursos, decorrente da ausência de alguns motoristas por motivo de baixa. Acrescentou que tal situação levou à sobreposição de duas linhas, fazendo com que um percurso que, para algumas pessoas, seria de cerca de 4 km passasse a ter aproximadamente 16 km.-----

Sublinhou que todas estas situações têm sido reportadas à TMP, não tendo contudo, o Município possibilidade de resolver o problema de forma imediata, por se tratar de uma questão originada a montante.-----

O Senhor Presidente referiu o 1.º aniversário do CAE, destacando o seu impacto transformador na comunidade e o papel enquanto motor de dinamização social e cultural do concelho.-----

2026.04.21

Felicitou a *Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência* pelo seu 35.º aniversário e pelo trabalho desenvolvido na promoção, integração, inclusão e bem-estar das pessoas com deficiência.-----

Referiu ter participado na Festa da Broa de Paraduça, agradecendo à Associação para o Desenvolvimento Turístico e Promoção Cultural de Paraduça pela organização do evento e pelo trabalho contínuo na promoção do Lugar de Paraduça, na freguesia de Arões, salientando o apoio logístico e de recursos humanos prestado pela Câmara Municipal e a relevância da parceria para a projeção do evento e promoção do concelho, da freguesia e do lugar.-----

Destacou a evolução do associativismo em Vale de Cambra, resultado da valorização das associações por parte da Câmara Municipal, recordando, que nos últimos quatro anos, o financiamento e os apoios logísticos e humanos praticamente triplicaram, o que terá contribuído para a criação de novas associações e para a reativação de outras, reforçando a parceria entre o Município e o movimento associativo.-----

Em resposta à questão levantada pelo Vereador Nelson Martins relativamente à necessidade de apoio para a manutenção das instalações detidas pelas associações ou clubes, referiu terem terminado na semana anterior as candidaturas aos apoios ao associativismo, encontrando-se as mesmas em fase de análise por parte dos serviços técnicos. Acrescentou que, na sequência da alteração do Regulamento de Apoio ao Associativismo, em 2023, foram introduzidos critérios de maior justiça na atribuição dos apoios, tendo estes sido objeto de uma majoração significativa, com vista a permitir às associações fazer face às suas despesas e prosseguir a sua atividade com qualidade.-----

Seguidamente, e no sentido de clarificar e pôr termo a eventuais rumores, reforçou de forma clara e objetiva, que em momento algum, o Presidente ou os Vereadores deram qualquer ordem ou orientação às forças de autoridade no



sentido de atuarem de uma forma ou de outra, sublinhando que não detêm competência para tal, uma vez que a fiscalização nessa matéria cabe exclusivamente à GNR. Relativamente à situação apresentada pela Vereadora Sofia sobre o canal de rega, referiu ter sido igualmente contactado por alguns moradores da zona, tendo encaminhado o assunto para a GNR e para o SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente.-----

Em relação à questão colocada pelo Vereador Miguel Aguiar Soares sobre o evento de culturismo, referiu ter sido contactado para o efeito, tendo respondido que teria todo o gosto em acolher o evento em Vale de Cambra, não sendo contudo, possível a sua realização devido à proximidade da data e ao facto de já estarem agendados todos os eventos até ao final do ano. Acrescentou que o concurso relativo à Praça João de Deus ainda não se encontra lançado. No âmbito da proteção civil, informou que se encontra agendada uma reunião com os Presidentes de Junta de Arões e Junqueira e com o Coordenador Municipal da Proteção Civil, com vista à definição de medidas de prevenção para a próxima época de verão. Acrescentou que o Coordenador Municipal da Proteção Civil e Comandante dos Bombeiros dispõe de autonomia para apresentar propostas ou projetos que considere pertinentes para o território, no âmbito da prevenção. Referiu ainda, que por aconselhamento do Coordenador Municipal da Proteção Civil, está prevista a entrada de mais um elemento para o Gabinete de Proteção Civil, estando igualmente a ser efetuado um levantamento das necessidades materiais e humanas, com vista ao reforço das condições de trabalho e da segurança operacional. -----

Deu também nota de estar em curso a preparação da disponibilização de kits de intervenção para as Juntas de Freguesia, bem como a realização de um levantamento do território para avaliação da instalação de desfibriladores no concelho, prevendo-se a respetiva formação para o seu correto manuseamento.



2026.04.21

Agradeceu a visita dos Vereadores da bancada do PPD/PSD à AIMAP, referindo que o Município tem atuado como mediador entre as empresas e as entidades formativas, identificando as necessidades do tecido empresarial e contribuindo para a eventual reconfiguração do ensino profissional em Vale de Cambra. Acrescentou por fim, que se encontra prevista a realização de uma Assembleia da FORESP, após a qual poderão ser dados passos mais céleres e fundamentados quanto às decisões a tomar nesta matéria.-----

1 – Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente –

AVPACD – APOIO:-----

--- Processo Medidata n.º 10569/26 ---

Transcreve-se a informação de 13/04/2026, prestada pela chefe da DASE, Paula Ferreira:-----

“Nos termos previstos no Regulamento de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, publicado em DR de 12 de Janeiro de 2018, os apoios às instituições podem revestir, entre outros, a natureza de “Apoio Financeiro ao Investimento”, apoio destinado: a) à Construção de raiz; b) à remodelação, ampliação, adaptação de edifício; Nos termos do numero 3 do Regulamento " A Câmara Municipal apoiará a construção, remodelação ou adaptação de edifícios desde que considerados de interesse municipal e devidamente enquadrado no Plano de Desenvolvimento Social".-----

A Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente fez investimentos na criação das respostas CACI e Lar Residencial.-----

A resposta CACI teve acordo de financiamento no âmbito do PRR. Relativamente à resposta Lar Residencial aguarda-se a abertura de candidaturas.-----

Assim, pela Instituição foi submetido pedido de financiamento nos termos a seguir apresentados:-----



Nos termos do Regulamento em vigor, "As obras serão comparticipadas até ao limite de 10 % do valor suportado pela instituição e serão liquidados no ano seguinte ao da realização das obras, emissão e liquidação de faturas e de acordo com a disponibilidade financeira da Câmara Municipal.-----

Analizadas as faturas remetidas aos serviços o valor da comparticipação pela Câmara Municipal é de 32.849,68€.-----

O valor indicado inclui as respostas de CACI e LAR RESIDENCIAL, sendo que neste momento apenas é financiado por fundos comunitários a resposta de CACI. Caso venha ocorrer financiamento da resposta Lar Residencial poderá haver lugar a acertos de modo a que a instituição não incorra em situação de duplo financiamento.-----

O apoio proposto refere-se apenas a "Apoio Financeiro ao Investimento", não estando incluídos outros apoios previstos no Regulamento.-----

Neste seguimento deixo à consideração da Câmara Municipal a atribuição de apoio à *Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente* no valor de 32.849,68€. para comparticipação das obras do CACI e LAR RESIDENCIAL."-----

Proposta de cabimento n.º 1130/26 – 32.849,68€ -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir à *Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente*, o apoio financeiro de 32.849,68€ (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos), comparticipação em 10% do valor das obras do CACI e LAR RESIDENCIAL, conforme as informações constantes no processo. -----

Declaração de voto bancada do PPD/PSD "Obviamente votamos a favor de tudo o que sejam apoios a associações no sentido lato. Contudo, entendemos que nestes casos, onde existem uma série de elementos que transcendem aquilo que é uma mera associação que vive para os seus associados, esta é uma

2026.04.21

associação onde os associados não são beneficiários diretos, tal como outras associações de cariz social, tendo esta respostas residenciais ou de ocupação, incluindo pessoas, embora de um espectro não muito alargado, mas socialmente relevante, pelo que, no nosso ponto de vista, deveriam ter um apoio bastante mais robusto que cobrisse tudo aquilo que não cobre o Estado Central. Concordamos com esta atribuição e entendemos que deveria ser um apoio maior, segundo o que consideramos ser uma distribuição mais justa dos fundos públicos.”-----

O Sr. Presidente justifica a posição do executivo, tendo em conta o cumprimento e enquadramento no Regulamento de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, estando bem ciente a Câmara Municipal, da especificidade desta obra, da sua particularidade e do que ela significa para o concelho e para os seus utentes, estando, como sempre esteve, presente e dentro das suas possibilidades tentar dar o máximo de ajuda possível para a execução da mesma.

A vereadora Mónica Seixas referiu que a Câmara Municipal tem assumido um papel ativo na colaboração com a Associação, no sentido de garantir a atribuição de financiamento público para a resposta de lar residencial, considerada uma iniciativa necessária e meritória.-----

Sublinhou que esta necessidade se encontra devidamente fundamentada nos documentos de diagnóstico social, nomeadamente no Plano de Desenvolvimento Social. Acrescentou que este trabalho tem vindo a ser desenvolvido em articulação com a Senhora Secretária de Estado da Ação Social, Dra. Clara Marques Mendes, e com o Diretor da Segurança Social do Distrito de Aveiro. Concluiu que o processo está a ser acompanhado com vista a assegurar o acesso a apoio através do Fundo de Socorro Social, existindo um esforço contínuo para garantir um financiamento justo e adequado.-----



2 – PEDIDO DE TRANSPORTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA EDUCATIVA CEPELENSE – ACREC:-----

--- Processo Medidata n.º 7521/26 ---

Transcreve-se a informação de 31/03/2026, prestada pela técnica superior Margarida Henriques e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“A ACREC – Associação Cultural, Recreativa e Educativa Cepelense, solicita o apoio da Câmara Municipal, ao abrigo do regulamento dos Transportes, para a deslocação a S. Jacinto no dia 17 de Maio de 2026, para efeitos de um convívio de pesca com os associados.-----

Após receção de pedidos de apoio à Câmara Municipal para a disponibilização de transporte informamos que o pedido de transporte abaixo descritos se enquadra no âmbito do artigo 16.º do Regulamento dos Transportes Municipais de Vale de Cambra, “Os serviços de transporte ocasional poderão ser concedidos às Instituições legalmente constituídas e estatutariamente reconhecidas pela Câmara Municipal”. Os serviços de transporte ocasional poderão ser cedidos para apoiar a concretização dos fins e objetivos estatutários das instituições bem como para o cumprimento dos seus planos de atividade (...).-----

| Entidade | Data | Deslocação | Valor |
|---|------------|------------|---------------|
| ACREC – Associação Cultural, Recreativa e Educativa Cepelense | 17 de maio | S. Jacinto | 680,00€ + IVA |

Nos termos previstos da alíneas u) e p) do número 1, artigo 33 do Anexo 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...) pelo que se deixa à consideração da Câmara Municipal a atribuição do apoio solicitado.”-----

2026.04.21



A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a disponibilização de transporte à Associação Cultural, Recreativa e Educativa Cepelense - ACREC, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo.-----

3 - PEDIDO DE TRANSPORTE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA VALECAMBRENSE:-----

--- Processo Medidata n.º 8355/26 ---

Transcreve-se a informação de 26/03/2026, prestada pelo técnico superior Miguel Alves e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“Na sequência do pedido de transporte apresentado pelo clube requerente, cumpre-me informar o seguinte:-----

- O clube solicita ao Município a cedência de transporte para a deslocação da equipa de seniores à localidade de Vagos, no próximo dia 19 de abril de 2026, no âmbito de um jogo a contar para a Primeira Divisão Distrital de Futebol, frente ao Futebol Clube Vaguense;-----
- Considerando a natureza da atividade e o número previsível de participantes, deverá ser assegurado transporte adequado, tendo sido, para o efeito, consultada a empresa adjudicatária do procedimento de Aquisição de Serviços para Transportes Ocasionais;-----
- A despesa associada a esta deslocação, no valor de 680€+iva, enquadrar-se no âmbito do Contrato n.º 61/2025, de 3 de julho, referente à Aquisição de Serviços para Transportes Ocasionais, estando prevista no Lote 2 – Apoio ao Associativismo;-----
- Nos termos das alíneas p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como deliberar sobre a concessão de apoios a entidades legalmente constituídas, podendo o presente pedido enquadrar-se neste âmbito.-----



Face ao exposto, solicita-se superior decisão sobre a possibilidade de concessão do apoio para a realização desta deslocação.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 13/04/2026, que deferiu a disponibilização de transporte à Associação Desportiva Valecambrense, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo.-----

4 – OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – ESPLANADAS: ISENÇÃO DE TAXAS REFERENTES AO ESTACIONAMENTO:-----

--- Processo Medidata n.º 11039/26 ---

Transcreve-se a informação de 13/04/2026, prestada pelo chefe da DAJRH Sérgio Almeida:-----

“Na sequência de orientações superiores e atendendo ao histórico anual dos pedidos de ocupação do espaço público para instalação de esplanadas, cumpre informar o seguinte:-----

É prática reiterada que agentes económicos do setor da restauração requeiram a instalação de esplanadas, em particular nos meses de junho, julho, agosto e setembro, período que corresponde a maior afluência e procura, constituindo tal atividade um fator de dinamização da restauração local.-----

Neste contexto, verifica-se que, durante o referido período, diversos agentes económicos manifestam interesse na ocupação do espaço público para o efeito. Nos termos do disposto no artigo 9.º do Regulamento Municipal de EACSR, os pedidos de ocupação do espaço público para instalação de esplanadas podem ser objeto de autorização, podendo essa ocupação incidir, designadamente, sobre lugares de estacionamento.-----

Paralelamente, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento de Estacionamento em Parque Subterrâneo e de Estacionamento à Superfície de Duração Limitada, encontra-se prevista a possibilidade de afetação de lugares de

2026.04.21

estacionamento a outras finalidades, nomeadamente à instalação de esplanadas, ficando tal utilização sujeita ao pagamento das taxas aplicáveis, nos termos do Regulamento de Trânsito.-----

Sem prejuízo do disposto quanto à tributação da ocupação do espaço público, estabelece o n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento de Trânsito que pode ser deliberada, pela Câmara Municipal, a isenção das taxas relativas à ocupação de lugares de estacionamento.-----

Face ao exposto, e atendendo às circunstâncias supra descritas, propõe-se que eventual isenção de taxas incida sobre o período compreendido entre os meses de junho e setembro, para os pedidos relativos a 2026.-----

Caso seja esse o V. entendimento, deverá o presente processo ser submetido a Reunião de Câmara Municipal, para efeitos de apreciação e deliberação.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas dos lugares de estacionamento ocupados por esplanadas, no período compreendido entre os meses de junho e setembro de 2026, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo. -----

5 - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – ACORDOS DE REPRESENTAÇÃO:-----

--- Processo Medidata n.º 11342/26 ---

Transcrevem-se as informações técnicas de 15/04/2026, prestadas pela chefe da DASE, Paula Ferreira:-----

“No âmbito da Estratégia Local de Habitação está prevista a reabilitação de habitações em condições de insegurança e insalubridade por parte de beneficiários diretos ao abrigo do Programa 1º Direito.-----

De modo a tornar mais célere o processo de financiamento por parte do IHRU, I.P. poderá o Município assumir a representação dos beneficiários diretos, tal como já aconteceu com outras candidaturas aprovadas.-----



O Município assume assim um papel central de gestor e executor da operação, em representação dos Beneficiários, perante o IHRU e perante as entidades de controlo do PRR. Sendo, para tal, necessária a abertura de contas bancárias, titulas pelo Município, destinadas exclusivamente às candidaturas em causa, de modo a que o Município faça a gestão financeira da operação e as verbas sejam transferidas.-----

Com isto, o Município assume responsabilidade sobre:-----

- Correta aplicação dos fundos;-----
- Cumprimento de regras de elegibilidade da despesa;-----
- Capacidade de prestação de contas em auditoria.-----

Neste seguimento e por questões processuais, deixa-se à consideração a abertura de conta bancária para 4 beneficiários diretos que ainda aguardam validação das suas candidaturas, mas que se foram aprovadas brevemente ainda poderão beneficiar de financiamento a 100% (fundo perdido), caso as reabilitações das suas habitações terminem até final de junho de 2026.-----

Neste sentido, deixa-se à consideração a validação de abertura de contas bancárias dos beneficiários infra indicados e, por conseguinte, celebração de Acordos de Representação, por forma a tornar este processo mais celebre e “disputar” o financiamento total.-----

Estes atos só serão aplicáveis assim que este Município receba comunicação de aprovação destas candidaturas.-----

- Esmeralda Fernandes de Almeida-----
- Luís Paulo Martins de Paiva-----
- Maria Adelaide da Silva Rodrigues-----
- Arminda Rosa Tavares de Pinho”-----

2026.04.21

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis presentes, aprovar nos exatos termos e condições das informações prestadas no processo, a abertura de conta, ao abrigo do Programa 1º Dt. para cada um dos beneficiários a seguir indicados:-----

- Esmeralda Fernandes de Almeida-----
- Luís Paulo Martins de Paiva-----
- Maria Adelaide da Silva Rodrigues-----
- Arminda Rosa Tavares de Pinho-----

6 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA TÉCNICO SUPERIOR - 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR ÁREA DE AGRONOMIA, FLORESTAL, GEOGRAFIA OU DESENVOLVIMENTO RURAL): -----

--- Processo Medidata n.º 7654/26 ---

Pelo chefe da DAJRH, Sérgio Almeida é apresentada a informação de 19/03/2026 prestada pelo técnico superior Regina Quintal da qual se transcreve a introdução e conclusão, ficando a mesma na sua íntegra, em Apensos:-----

“A Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Florestal e Veterinária, Eng.ª Vera Silva, apresentou, em 12-03-2026, Informação/Proposta a solicitar a abertura de procedimento concursal para o preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Superior (área de Agronomia, Florestal, Geografia ou Desenvolvimento Rural), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, pelos seguintes fundamentos:-----

Como é do conhecimento de V.Exas. a Divisão de Gestão Florestal e Veterinária apenas dispõe de dois técnicos superiores, um Veterinário e um Eng. Florestal que para além de desempenhar funções de chefe de divisão é responsável pela área florestal, espaços verdes, parques infantis, praias fluviais, designadamente:



- Fiscalização de prestações de serviço no âmbito do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais (SGIFR);-----
- Elaborar, anualmente o Plano Municipal de Execução (PME) no âmbito do SGIFR;-----
- Preenchimento periódico da plataforma SGIFR relativa às ações implementadas ao nível da DFCI;-----
- Coordenar e acompanhar os trabalhos da equipa de jardineiros;-----
- Coordenação de duas equipas de sapadores florestais pelo que será necessário efetuar o planeamento dos trabalhos e a submissão periódica através da plataforma SISF de relatório georreferenciados com os trabalhos desenvolvidos pela equipa de sapadores SF 07-116;-----
- Dinamização do projeto Condomínio Aldeia;-----
- Coordenar o projeto de “Promoção da Castanha e do Castanheiro”;-----
- Dar resposta ao Plano de Ação para o combate à vespa asiática;-----
- Ações de sensibilização da DFCI;-----
- Verificar as reclamações de Gestão de combustível no âmbito do DL 124/2006 de 28 de junho;-----
- Trabalhos inerentes à aplicação do Plano de ação nacional para o controlo do inseto dryocosmus kuriphilus yasumatsu vespa das galhas do castanheiro, deteção de focos e respetiva geolocalização;-----
- Elaboração de candidaturas ao nível do SGIFR;-----
- Emissão de pareceres relativos à arborização, a fogo de artifício e processos de obras;-----
- Dinamização de ações no âmbito do desenvolvimento rural;-----
- Assegurar a construção, manutenção e conservação dos parques infantis, bem como a fiscalização do cumprimento da legislação em vigor relativa aos parques infantis;-----



2026.04.21

- Assegurar o planeamento, a gestão e o funcionamento das praias fluviais;
- Dar resposta aos demais processos de reclamações e pedidos de informação.-----

Considerando todo o trabalho técnico atrás mencionado é necessário dotar a divisão de gestão florestal e veterinária de recursos técnicos habilitados, pelo que se propões a abertura de procedimento concursal para preenchimento de lugar vago, de técnico superior na área de Agronomia, Florestal, Geografia ou Desenvolvimento Rural, previsto no Mapa de Pessoal para o ano de 2026.-----

“Cumprir informar que, de acordo com o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Vale de Cambra, aprovado para o corrente ano de 2026, na Divisão de Gestão Florestal e Veterinária, estão previstos 3 postos de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, dos quais 2 se encontram ocupados e 1 se encontra vago, na área acima identificada. (...)-----

“Conclusão / Proposta:-----

1 — Verifica-se estarem reunidas as condições para que o Órgão Executivo autorize a abertura de procedimento concursal para o preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (área de Agronomia, Florestal, Geografia ou Desenvolvimento Rural), a afetar à Divisão de Gestão Florestal e Veterinária.-----

2 — Propõe-se que o procedimento concursal seja aberto ao abrigo do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, permitindo a admissão de candidatos com e sem vínculo de emprego público, de forma a assegurar maior celeridade e eficácia no recrutamento.”-----

O vereador Miguel Aguiar Soares referiu que, tendo em conta a definição de funções apresentada, considerava mais adequado ponderar o recrutamento em causa e articulá-lo com o coordenador municipal da proteção civil, uma vez que algumas das funções a desempenhar se sobrepunham às daquele serviço.-----



Acrescentou que a Câmara Municipal dispunha de recursos humanos com competências excecionais nas áreas em causa, sugerindo a realização de uma análise concreta das competências e perfis dos trabalhadores já integrados nos quadros da autarquia.-----

Mais referiu que, tratando-se de dois postos de trabalho distintos, cujas funções inerentes não se encontravam devidamente esclarecidas, entenderam votar contra.-----

O Senhor Presidente respondeu que se tratava de dois postos de trabalho distintos.-----

A vereadora Mónica Seixas esclareceu que a apresentação efetuada pelo Chefe de Divisão dizia respeito às diversas áreas abrangidas pela divisão em causa, referindo, contudo, que se pretendia desenvolver a área do desenvolvimento rural, mediante a admissão de um técnico especializado que pudesse prestar apoio, formação e capacitação aos produtores locais, justificando, assim, a abertura do presente procedimento concursal.-----

A Câmara Municipal, com os votos contra da bancada do PPD/PSD, deliberou, por maioria, aprovar a abertura de procedimento concursal de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior - área de Agronomia, Florestal, Geografia ou Desenvolvimento Rural, nos exatos termos e condições das informações prestadas no processo.-----

7 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA DA EDUCAÇÃO) - 2 POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA DA EDUCAÇÃO):-----

--- Processo Medidata n.º 10329/26 ---

Pelo chefe da DAJRH, Sérgio Almeida é apresentada a informação de 09/04/2026 prestada pelo técnico superior Regina Quintal da qual se transcreve a introdução e conclusão, ficando a mesma na sua íntegra, em Apensos:-----

2026.04.21

“A Chefe de Divisão da Divisão da Ação Social e Educação, Dr.^a Paula Ferreira, apresentou, em 07-04-2026, uma informação/proposta para que seja desencadeado o procedimento de recrutamento de pessoal operacional, com vista à satisfação de necessidades permanentes dos serviços, num total de dois postos de trabalho(...)-----

Considerando que:-----

- Se perspetiva a aposentação de trabalhadores que neste momento exerce, funções em estabelecimentos escolares;-----
- A transferência de competências coloca exigências acrescidas em termos do acompanhamento de serviços no âmbito da Educação.-----

Cumprе informar, desde já, que, de acordo com o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Vale de Cambra, aprovado para o corrente ano de 2026, na DASE estão previstos 113 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, dos quais 110 se encontram ocupados e 3 vagos (2 na área funcional - Educação e 1 na área funcional – Saúde).-----

Conclusão / Proposta:-----

1 — Estão reunidas as condições para que seja autorizada, pelo Órgão Executivo, a abertura do procedimento concursal para 2 postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional (área da educação), para a DASE.-----

2 — Propõe-se que o procedimento concursal seja aberto nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, de modo a permitir a admissão de candidatos com ou sem vínculo à Administração Pública e, assim, garantir maior celeridade no processo de recrutamento.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento concursal de 2 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (área da educação), nos exatos termos e condições das informações prestadas no processo.-----



8 - PAGAMENTO DE DESPESAS DE DESLOCAÇÃO À ESCRITORA SARA RODI PARA APRESENTAÇÃO DO LIVRO “ A CONSTITUIÇÃO EXPLICADA ÀS CRIANÇAS”:-----

--- Processo Medidata n.º 8667/26 ---

Transcreve-se a informação de 20/03/2026, prestada pela técnica superior Cristina Santos e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“Inserido nas comemorações do 25 de abril, convidamos a autora do novo livro infantil “A Constituição explicada às crianças”. A autora do texto, Sara Rodi, está disponível para se deslocar a Vale de Cambra no dia 28 de abril. Esta ação poderia realizar-se na Biblioteca Municipal, no entanto a deslocação das crianças envolveria uma logística complexa! Assim sendo, decorrerá nas bibliotecas escolares da Escola de Dairas e da Escola Secundária, dirigida aos alunos do 5º ano. Sara Rodi desloca-se de Lisboa e não cobra honorários, pretendendo apenas o pagamento das despesas envolvidas com esta deslocação, que fará de comboio e táxi.-----

O valor calculado para esta viagem é de aproximadamente 200€, que solicito lhe seja concedido.”-----

Proposta de cabimento n.º 1083/26 – 200,00€-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as despesas de deslocação no valor de 200,00€ (duzentos euros) à escritora Sara Rodi, no âmbito da apresentação do livro infantil “A Constituição explicada às crianças”, evento integrado das Comemorações do 25 de ABRIL’74, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.-----

Ausentaram-se da reunião, o vereador Miguel Aguiar Soares e a vereadora Mónica Seixas.-----

9 - CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALE DE CAMBRA DE CEDÊNCIA DE UMA

2026.04.21

VIATURA ESPECIAL DE BOMBEIROS E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – RETIFICAÇÃO:-----

--- Processo Medidata n.º 2433/26 ---

Transcreve-se a informação de 07/04/2026, prestada pela técnica superior jurista

Isabel Mariano:-----

“Na sua reunião de 27/01/2026, “A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade do seis elementos presentes, conforme a informação de 22/01/2026, autorizar a celebração do contrato de comodato com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, no âmbito da utilização, a título gratuito, do equipamento de proteção individual para combate a incêndio em espaços rurais e da viatura: Tipo: Especial de Bombeiros de cor vermelha e outra, da marca Toyota, Modelo: Hilux 2.4D -C/D, Matrícula CA-61_RX – Ano: 2025, categoria: Ligeiros de 5 lugares de caixa fechada,”-----

Verifica-se, no entanto, que não foi deliberado o prazo de vigência do Contrato de Comodato, nem foi aprovada a respetiva minuta.-----

Nestes termos, entende-se que a deliberação em apreço deverá ser objeto de retificação-----

A Câmara Municipal deliberou, A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos cinco membros presentes, proceder à retificação da deliberação de 27/01/2026, aprovar a minuta do contrato de comodato com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, sendo o prazo da sua vigência 10 anos renováveis automaticamente, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.-----

Regressaram à reunião o vereador Miguel Aguiar Soares e a vereadora Mónica Seixas.-----

Ausentou-se da reunião o vereador Vítor Tavares. -----

10 – MARCHAS POPULARES DE STO. ANTÓNIO 2026: APOIO FINANCEIRO:



--- Processo Medidata n.º 11302/26 ---

Transcreve-se a informação de 13/04/2026, prestada pela técnica superior Margarida Henriques e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“As Marchas Populares de Santo António continuam a ser uma das maiores atividades anuais de grande afluência por parte da comunidade, que envolve muita criatividade e dedicação por parte de Associações e IPSS's, que se dedicam a um projeto cultural em prol do concelho. -----

Na edição deste ano, a adesão superou todas as expetativas e nove (9) entidades demonstraram interesse em dar continuidade a uma tradição local, sendo uma delas formada por um grupo de emigrantes sediado em Mondorf, que pretendem participar de forma voluntária.-----

Assim, as Marchas participantes são:-----

- Marcha de Mondorf-----
- Associação Cultural, Recreativa, Educativa Cepelense – ACREC-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas EB 2,3 e Secundária de Vale de Cambra -----
- Associação Cultural Desportiva e Recreativa Junqueirense-----
- Centro Social e Paroquial de S. João Batista de Cepelos-----
- Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões-----
- Fundação Luiz Bernardo de Almeida-----
- Grupo Desportivo e Cultural de Lordelo-----
- Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra-----

Atendendo à importância destas iniciativas, que envolvem empenho e muita dedicação por parte dos participantes e tendo em conta as competências da Câmara Municipal referidas na alínea u) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, em que cabe à Câmara Municipal “...apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...”,

2026.04.21

propõe-se à Câmara Municipal, à semelhança dos anos anteriores, a aprovação de um apoio financeiro às entidades sediadas no concelho, nos seguintes termos:
Atribuição de apoio no valor de 5.250,00€ (cinco mil, duzentos e cinquenta euros) a cada Entidade participante (oito) nas Marchas Populares de Santo António - Total de 42.000€ (quarenta e dois mil euros).-----

Nos termos do n.º 3 do art.6.º do Regulamento das Marchas de Santo António o “Apoio será efetuado em três tranches: 50% do valor definido durante o mês de abril, 40% durante o mês de maio e 10% no mês de Junho, após o apuramento de eventuais penalizações.”-----

No sentido de valorizar as tradições e apoiar as Marchas participantes, sugere-se a atribuição dos valores acima indicados.”-----

Proposta de cabimento n.º 1170/26 – 42.000,00€ -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, atribuir 5.250,00€ (cinco mil duzentos e cinquenta euros) a cada uma das oito entidades participantes nas Marchas de Santo António de 2026, excluindo a Marcha de Mondorf que participa gratuitamente, nas condições previstas no respetivo Regulamento e nos exatos termos das informações prestadas no processo.-----

Regressou à reunião o vereador Vítor Tavares.-----

11 - MARCHAS POPULARES DE STO. ANTÓNIO 2026 – UNIÃO DAS FREGUESIAS: APOIO FINANCEIRO:-----

--- Processo Medidata n.º 11455/26 ---

Transcreve-se a informação de 14/04/2026, prestada pela técnica superior Margarida Henriques e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“Dando continuidade à tradição das Marchas de Santo António, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho



manifestou o seu interesse em participar em mais uma edição, promovendo a freguesia e a tradição popular que junta dezenas de participantes.-----

Assim, e tendo em conta as competências da Câmara Municipal referidas na alínea u) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, em que cabe à Câmara Municipal "...apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...", propõe-se à Câmara Municipal, à semelhança dos anos anteriores, a aprovação de um apoio financeiro à União de Freguesias, com um apoio no valor de 5.250,00€ (cinco mil, duzentos e cinquenta euros).-----

Nos termos do n.º 3 do art.6.º do Regulamento das Marchas de Santo António o "Apoio será efetuado em três tranches: 50% do valor definido durante o mês de abril, 40% durante o mês de maio e 10% no mês de Junho, após o apuramento de eventuais penalizações."-----

No sentido de valorizar as tradições e apoiar as Marchas participantes, sugere-se a atribuição do valor acima indicado à Junta de Freguesia, devendo o pedido ser aprovado em reunião camarária e posteriormente em reunião da Assembleia Municipal."-----

Proposta de cabimento n.º 1169/26 – 5.250,00€ -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir nas condições previstas no Regulamento das Marchas de Santo António e nos exatos termos das informações prestadas no processo, o apoio de 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta euros) à Marcha de St.º António da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, submetendo a aprovação do apoio à **Assembleia Municipal,** de acordo com o disposto na alínea j) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL.-----

12 - INFORMAÇÕES E OUTROS PROCESSOS:-----



2026.04.21

O Senhor Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 01 a 15/04/2026, no valor líquido total 840.226,65 € (oitocentos e quarenta mil, vinte e seis euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

- Alteração de férias do vereador Sérgio Soares: a marcação de 27/04 a 30/04/2025 altera para 28/04 a 30/04/2026;-----

- Informação prestada pelo vereador Nelson Martins, no âmbito das competências delegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

- Listagem de processos de Obras Particulares, deferidos por despacho do vereador, Sérgio Soares, no âmbito das competências delegadas/subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento das informações prestadas. -----

Ausentou-se a vereadora Mafalda Sofia Ferreira-----

PROCESSO DE OBRAS N.º 115/24 – ONERED REQ. 597/26: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALE DE CAMBRA: -----

Solicita a isenção do pagamento de taxas e licenças relativas à ocupação do espaço público que consta do processo de obras n.º115/24, relativo a prédio localizado na Rua de Santiago, na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, nos termos previstos no artigo 75.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a isenção do pagamento de taxas e licenças relativas à ocupação do espaço público que consta do processo de obras n.º115/24, relativo a prédio localizado na Rua de Santiago, na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, nos exatos termos da informação técnica de 01/04/2026, da DOP, devendo desta ser dado conhecimento ao requerente. -----



Regressou à reunião a vereadora Mafalda Sofia Ferreira -----

13 – TORNEIO DOS CAMPEÕES 2026 – APOIO: -----

--- Processo Medidata n.º 11447/26 ---

Transcreve-se a informação de 13/04/2026, prestada pelo técnico superior, Miguel Alves e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“Como é do conhecimento de V. Exa., o Município de Vale de Cambra tem vindo a promover, desde 2023, o Torneio de Campeões, um evento desportivo de dois dias que tem mobilizado centenas de jovens atletas, clubes e associações desportivas locais, afirmando-se como uma verdadeira celebração do desporto juvenil e da cooperação associativa.-----

À semelhança de edições anteriores, o Município contou com a parceria ativa de várias associações desportivas do concelho com atividade federada regular, que assumiram um papel determinante na coorganização do evento, nomeadamente nas modalidades de futebol, basquetebol, hóquei em patins e futsal, colaborando estreitamente com a autarquia na operacionalização dos respetivos torneios.-----

A edição de 2026 envolveu cerca de 890 atletas, provenientes de 66 clubes de todo o país, tendo as atividades decorrido em sete instalações desportivas do concelho, designadamente:-----

- Campo Municipal N.º 2 -----
- Campo da Raposeira -----
- Estádio Municipal das Dairas -----
- Pavilhão Municipal de Vale de Cambra -----
- Pavilhão Ilídio Pedro (Lordelo) -----
- Pavilhão da ACR de Vale de Cambra -----
- Pavilhão da Escola Secundária de Vale de Cambra -----

Importa salientar que as associações parceiras assumiram um conjunto significativo de responsabilidades organizativas, nomeadamente ao nível da



2026.04.21

arbitragem, logística, acolhimento das equipas, reforço alimentar, gestão de jogos e apoio técnico, tendo suportado diretamente diversas despesas indispensáveis ao sucesso da iniciativa.-----

Refira-se ainda que não foi possível apresentar previamente a estimativa global destas despesas, uma vez que grande parte dos custos associados ao evento — designadamente arbitragem, deslocações de equipas convidadas e refeições das equipas (ex. pequeno almoço, almoços e jantares) — apenas são integralmente apurados após a realização do mesmo, mediante a consolidação da informação fornecida por cada uma das entidades envolvidas.-----

Concluído o evento, e após a receção e validação das informações prestadas pelas associações, foi possível apurar os encargos efetivamente suportados, os quais se revelaram fundamentais para garantir a qualidade organizativa e o sucesso global da iniciativa.-----

Informa-se ainda que vários clubes participantes procederam ao pagamento das refeições diretamente ao Município, por transferência, encontrando-se apurado um valor total a receber de 5.869,00€, correspondente às refeições fornecidas no âmbito do evento.-----

Neste contexto, e à semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, foram identificadas as despesas afetas a cada associação, propondo-se a atribuição de apoio financeiro por parte do Município, como forma de compensar o esforço desenvolvido e assegurar a continuidade deste modelo de parceria.-----

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal de Vale de Cambra delibere atribuir os seguintes apoios:-----

- Associação Cultural e Recreativa de Vale de Cambra – 3.753,49€-----
- Associação Desportiva Valecambrense – 5.589,04 €-----
- Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra – 5.095,01 €-----
- Hóquei Académico de Cambra – 1.638,71 €-----



- Grupo Desportivo e Cultural de Lordelo – 1.259,00 €-----
- GETC – Grupo Etnográfico Terras de Cambra – 1.072,50€-----

Nota: A diferença de valores entre entidades corresponde ao volume de despesa efetiva suportada por cada clube no âmbito da organização do evento, estando diretamente relacionada com a dimensão da participação em cada modalidade, nomeadamente o número de equipas e atletas envolvidos, bem como encargos associados a refeições, eventuais pernoitas, arbitragem e logística.-----

Considerando as competências da Câmara Municipal previstas nas alíneas p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que atribuem a este órgão a responsabilidade de apoiar atividades desportivas e deliberar sobre a concessão de apoios financeiros a instituições legalmente constituídas, submete-se a presente proposta à consideração de V. Exa. para posterior deliberação.”-----

Proposta de cabimento n.º 1171 – 18.407,75 -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio financeiro às coletividades envolvidas na organização do Torneio dos Campeões, nos exatos termos e condições da informação constante do processo. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, e o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo) -----

Não houve público. -----

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO: -

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos sete membros presentes, aprovar em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, todas as deliberações tomadas na presente reunião tendo em conta os documentos que constam dos processos Medidata referidos nos respetivos pontos, sendo a ata, no termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada numa próxima reunião ordinária. -----

2026.04.21

Nada mais havendo a tratar e sendo 11 horas, o Sr. Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela secretária, Cristina Capelo, que a lavrou.-----





